

ENTRE FOGO CRUZADO: O PANORAMA DA MORTE DE POLICIAIS MILITARES EM CONFRONTO NO BRASIL (2010-2021)

Manoel Gilvando dos Santos Silva¹

RESUMO

Quantos policiais militares morrem em confronto durante o serviço no Brasil? O objetivo deste trabalho é examinar os números da mortalidade policial no país. A partir dos dados ofertados pelo Fórum de Segurança Pública Brasileiro (FSPB), são analisadas a quantidade de mortes e a taxa de mortalidade de militares. O período de cobertura das informações varia de 2010 a 2021. São abordados três níveis de espacialidade: nacional, regional e estadual. Tecnicamente, são aplicadas técnicas de estatística descritiva e multivariada. Os principais achados apontam que 802 policiais militares morreram em confronto no país, o que equivale a uma prevalência média de 17,9 óbitos por 100 mil policiais. Comparativamente, a região Nordeste registra a maior taxa de mortalidade (81,2) e a Sul a menor (42,9). Não há diferença estatisticamente significativa entre as médias de mortalidade das regiões. Em relação aos estados, o Pará registra a maior taxa (35) e o Espírito Santo a menor (2). Ao fim, constata-se a existência de padrões e tendências preocupantes nas estatísticas, sendo fundamental compreender as causas subjacentes a esse fenômeno para desenvolver estratégias eficazes de prevenção e proteção para os policiais militares em serviço.

Palavras-chave: Polícia Militar; Mortalidade policial; Confronto policial; Políticas de Segurança Pública.

ABSTRACT

How many military police officers die in confrontations while on duty in Brazil? The purpose of this study is to examine police mortality rates in the country. Using data provided by the Brazilian Public Security Forum (BPSF), the quantity of deaths and the mortality rate of military personnel are analyzed. The information covers the period from 2010 to 2021. The analysis is conducted at three spatial levels: national, regional, and state. Descriptive and multivariate statistical techniques are applied for the analysis. The main findings reveal that 802 military police officers died in confrontations in the country, which corresponds to an average prevalence of 17.9 deaths per 100,000 police officers. In comparison, the Northeast region shows the highest mortality rate (81.2), while the South region exhibits the lowest (42.9). However, there is no statistically significant difference between the average mortality rates of the regions. Regarding states, Pará has the highest rate (35), and Espírito Santo has the lowest (2). In conclusion, the statistics reveal concerning patterns and trends, making it essential to comprehend the underlying causes of this phenomenon to develop effective strategies for the prevention and protection of military police officers while on duty.

Keywords: Military Police; Police Mortality; Police Confrontation; Public Security Policies

¹ *Capitão da Política Militar do Estado de Alagoas (PMAL)*

INTRODUÇÃO

A atuação das forças policiais militares em situações de confronto com criminosos é uma realidade desafiadora em muitos países, e o Brasil não é exceção (CAMPOS; SILVA, 2018; CARVALHO; SILVA, 2011). Ao longo da última década, o cenário de violência urbana tem colocado policiais militares em uma posição de extrema vulnerabilidade, enfrentando situações de alto risco que, em muitos casos, resultam em fatalidades (SOUZA; MINAYO, 2005).

O óbito de policiais em confronto vai além das estatísticas, representando uma questão complexa e multifacetada, cujas consequências reverberam na sociedade e nas próprias instituições de segurança pública (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2007). Compreender os padrões, as causas e as possíveis soluções é essencial para garantir um ambiente mais seguro para aqueles que se dedicam à proteção da sociedade (FERNANDES, 2016).

A análise detalhada desse cenário é essencial para compreender a complexidade desses confrontos e buscar estratégias mais eficazes de prevenção e proteção desses agentes públicos. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo apresentar uma análise sobre a morte de policiais militares em confronto durante serviço no Brasil, no período compreendido entre 2010 e 2021.

Assim, a presente investigação busca contribuir para o debate público e acadêmico sobre a segurança dos policiais militares, oferecendo subsídios para o desenvolvimento de políticas e medidas que visem a proteção desses profissionais, bem como a redução dos índices de mortalidade em confrontos.

Para isso, o artigo está estruturado em mais quatro seções. A próxima discute a situação do confronto policial dentro da estrutura de segurança pública no país. Em seguida, é debatido o papel da morte policial nesse contexto. Na sequência, vem a seção contendo os aspectos metodológicos do trabalho, descrevendo materiais e a análise estatística. Logo após, são apresentados os resultados empíricos. Por fim, são elaboradas as conclusões do trabalho.

O CONFRONTO POLICIAL DENTRO NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Lidar com o tema do confronto policial no âmbito da segurança pública no Brasil é uma tarefa que requer uma análise abrangente e rigorosa, considerando a complexidade e as implicações desse fenômeno (LIMA; BUENO; MINGARDI, 2016). De acordo com alguns estudos, as operações policiais em confronto têm sido frequentes no país, principalmente em regiões marcadas pela violência urbana e pela atuação de organizações criminosas (ADORNO, 2002; SOUZA; LIMA, 2006). Nesse contexto, torna-se essencial examinar os múltiplos fatores que contribuem para o desencadeamento dessas situações, bem como as possíveis consequências sociais e legais.

A atuação de policiais em face de criminosos armados e a realização de operações de combate ao tráfico de drogas e outros crimes violentos são apenas alguns exemplos das circunstâncias que podem culminar nesse tipo de evento (ARAÚJO; FONSECA, 2015; SCHABBACH, 2008). Dentro desse contexto, é essencial ressaltar a necessidade de se analisar criticamente os protocolos e as estratégias adotadas pelas forças de segurança durante as operações em confronto (FERNANDES, 2016). A adoção de procedimentos padronizados, o treinamento adequado dos policiais e a utilização de táticas e técnicas modernas podem ser fatores cruciais na redução de riscos e na mitigação de danos (MINAYO; ADORNO, 2013). Desse modo, a busca por aprimoramento constante se faz necessária para proteger tanto os policiais quanto a população durante essas situações de tensão.

No entanto, é importante reconhecer que o confronto policial também acarreta implicações sociais e legais significativas (LIMA; RATTON; AZEVEDO, 2012). O aumento da violência e o elevado número de mortes em operações policiais têm impactos consideráveis na percepção da sociedade em relação à segurança pública e às instituições policiais (BUENO; CERQUEIRA; LIMA, 2013). A confiança no trabalho policial pode ser afetada, bem como a legitimidade das ações das forças de segurança.

Sob a perspectiva legal e ética, é imperativo garantir que as operações em confronto estejam em conformidade com os princípios de proporcionalidade, razoabilidade e respeito aos direitos humanos (GUIMARÃES, 2014). A atuação policial deve pautar-se por critérios claros e objetivos, evitando o uso excessivo da força e buscando, sempre que possível, alternativas para a resolução pacífica dos conflitos (SILVA, 2019).

Além da capacitação técnica e tática, é fundamental que o treinamento incorpore aspectos de gerenciamento de crises, inteligência emocional e tomada de decisão sob pressão (COTTA, 2009). O desenvolvimento dessas habilidades pode contribuir para uma atuação mais segura, eficiente e humanizada dos policiais durante as operações.

SOBRE A MORTE DE POLICIAIS MILITARES

Durante operações de enfrentamento ao crime e em confrontos diretos com criminosos, os policiais estão sujeitos a riscos elevados, o que resulta em um número significativo de óbitos e ferimentos graves nessa categoria profissional (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2007).

As causas das mortes de policiais militares em serviço são diversas e complexas (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022). O uso de armas de fogo por parte dos criminosos é um fator preponderante nesse contexto, tornando o confronto policial uma situação de alta periculosidade (PINC, 2007). Além disso, a atuação de organizações criminosas com forte poder bélico e a estratégia de emboscadas também aumentam os riscos para os policiais durante as ações de segurança (SILVA et al., 2018). A morte em acidentes de trânsito também é um fator explicativo para o fenômeno (FERNANDES, 2016).

Outro aspecto a ser considerado são as condições de trabalho enfrentadas pelos policiais militares (FERREIRA; BONFIM; AUGUSTO, 2012). A falta de equipamentos adequados, treinamento deficiente e recursos insuficientes são fatores que podem contribuir para a vulnerabilidade dos agentes de segurança durante o

confronto (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008). A sobrecarga de trabalho, a pressão psicológica e a exposição a situações estressantes também podem afetar o desempenho e a tomada de decisão dos policiais em momentos críticos (OLIVEIRA; SANTOS, 2010).

As mortes de policiais militares não apenas representam perdas humanas trágicas para suas famílias e para a corporação, mas também têm reflexos significativos na motivação e no moral dos demais policiais (SANTOS, 1997). A sensação de insegurança e vulnerabilidade pode impactar negativamente o bem-estar desses profissionais, influenciando suas ações e reações em futuras situações de confronto (FREITAS, 2006).

A abordagem desse problema exige a implementação de políticas específicas que visem à prevenção e à proteção dos policiais militares. Investimentos em treinamento contínuo e especializado, disponibilização de equipamentos adequados e aprimoramento dos protocolos de atuação são medidas que podem contribuir para reduzir os riscos enfrentados pelos policiais em serviço (OLIVEIRA; VIEIRA, 2016).

É crucial que as instituições de segurança pública adotem uma abordagem multidimensional para lidar com essa questão, considerando tanto os aspectos operacionais e logísticos quanto as dimensões sociais e psicológicas envolvidas. Além disso, é fundamental que haja um diálogo constante entre as forças policiais e a sociedade civil, buscando apoio mútuo e a construção de estratégias conjuntas para enfrentar os desafios da segurança pública no país (BENGOCHEA et al., 2004).

Por fim, a morte de policiais militares em confronto é um desafio urgente e complexo que requer atenção e esforços contínuos. Contudo, para que ações sejam implementadas, é de suma importância realizar o delineamento do problema em um primeiro momento. Ou seja, quantificar de policiais militares em confronto durante serviço no Brasil. Nesse sentido, reside o objetivo do trabalho em realizar o panorama dessa situação. A próxima traz os procedimentos metodológicos utilizados na análise empírica das informações.

ESTRATÉGIA DE ANÁLISE EMPÍRICA

O Quadro 1 sumariza os principais aspectos do metodológicos do trabalho, analiemos:

Quadro 1 - Desenho de pesquisa

Variáveis de interesse	a) quantidade de mortes de policiais mortos em confronto durante serviço; b) taxa de mortalidade policial em confronto durante serviço por 100 mil habitantes
Espacialidade	a) Nacional; b) Regional; c) Estadual
Cobertura temporal	2010-2021
Técnicas	Estatística descritiva e análise de variância (ANOVA)
Fontes	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
Softwares	R Statistical
Plataforma de compartilhamento de dados	Open Science Framework

Fonte: Elaboração própria.

Dados

São considerados os dados sobre mortes violentas e intencionais (MVI), computadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Em particular, são analisadas as informações sobre policiais Militares mortos em confronto em serviço². Os dados estão agregados por estado e pelo país ao longo do tempo. O período cobertura vai de 2010 a 2021. A partir da variável de estado, será recodificada uma nova variável contendo a informação a nível regional.

Variáveis

As variáveis de interesse são: a) quantidade de mortes de policiais mortos em confronto durante serviço juntamente e b) taxa de mortalidade policial por 100 mil habitantes.

² Para mais informações, ver: <<http://forumseguranca.org.br:3838/>>. Acessado em 24 de jul. 2023.

Análise estatística

São empregadas técnicas descritivas para análise primária dos dados. Adicionalmente, do ponto de vista de análise multivariada, é empregado o teste de análise de variância (ANOVA).

Ferramentas computacionais

As análises serão conduzidas com o auxílio da ferramenta *R Statistical* 4.2.2³, por meio da interface *RStudio* 2023.6.0.421.

Transparência científica

Seguindo as principais diretrizes sobre transparência (FIGUEIREDO FILHO et al., 2019), todos os materiais da pesquisa, incluindo dados brutos e processados, junto com scripts computacionais são disponibilizados em repositório público na plataforma do *Open Science Framework* (OSF)⁴ através do seguinte endereço: https://osf.io/3gka2/?view_only=f013485d7aa04e80998c939a7d9e7457.

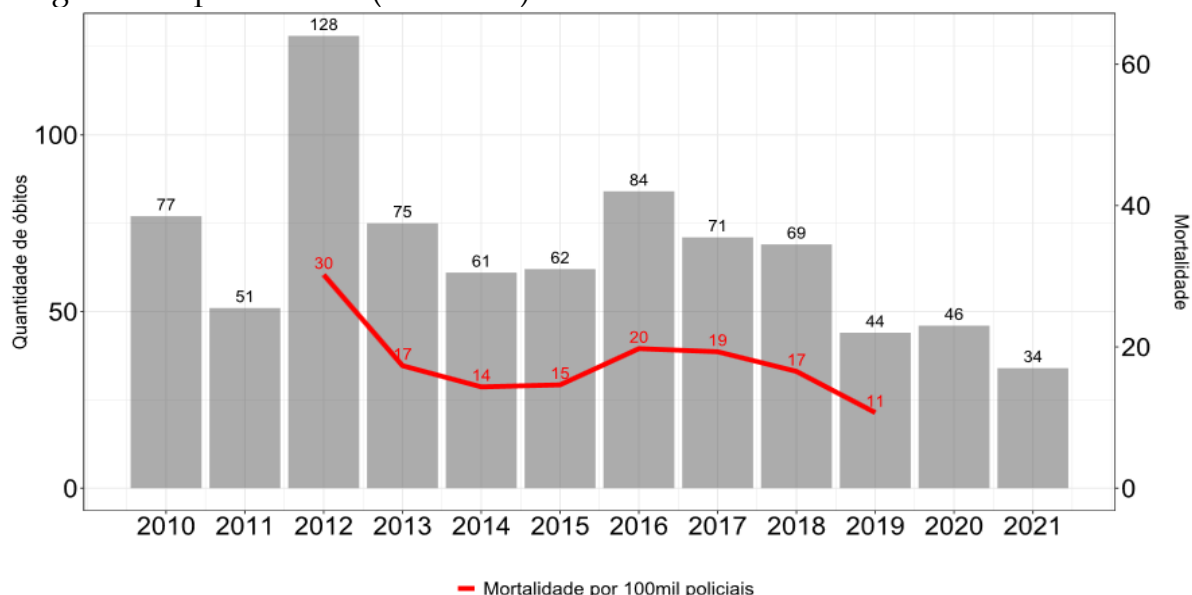
RESULTADOS

Em todo o país, morreram 802 policiais militares em confronto durante o serviço durante o período de 2010 a 2021. Isso equivale a uma média de aproximadamente 67 militares mortos por ano. O ano de 2012 registrou a maior morte de policiais (128), quanto 2021 apresentou o menor valor (34). A prevalência média é de 17,9 óbitos por 100 mil policiais. A Figura 1 ilustra variação dessas informações ao longo do tempo.

³ Para mais informações, ver: <<https://www.r-project.org/>>. Acessado em 24 de jul. 2023.

⁴ Para mais informações, ver: <<https://osf.io/>>. Acessado em 24 de jul. 2023.

Figura 1. Quantidade de óbitos e mortalidade de policiais militares em serviço ao longo do tempo no Brasil (2010-2021)



Fonte: Elaboração do autor

Nota: Para os anos de 2010 e 2011, a base de dados original não conta com informações sobre a mortalidade. Em 2020 e 2021, os registros presentes não são críveis. Por esse motivo, nesses quatro anos, os seus respectivos valores não foram considerados no cálculo de prevalência média.

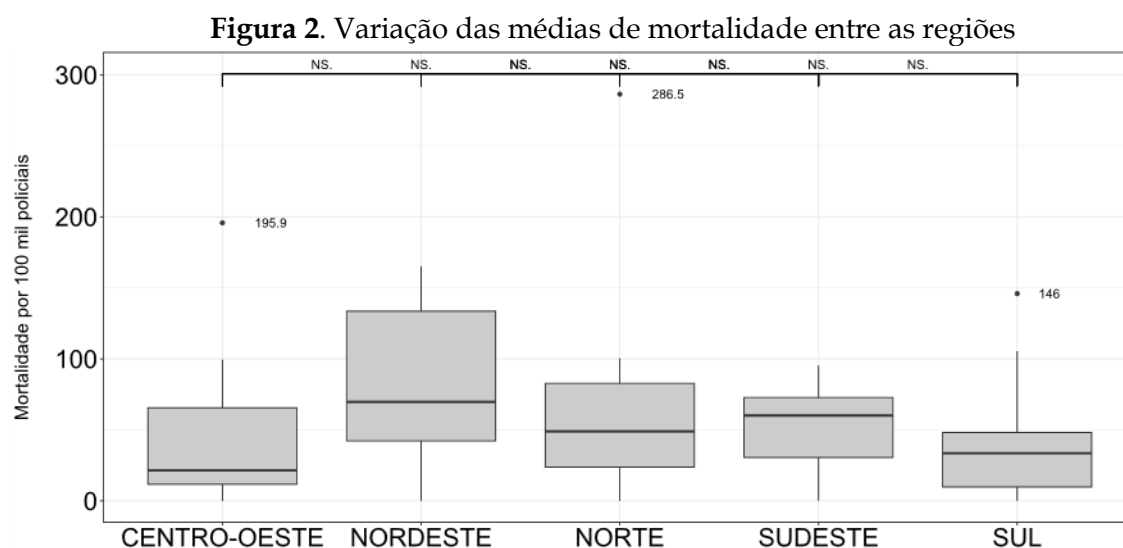
Ao comparar os números por região administrativa, constata-se que a região Sudeste concentra a maior quantidade de óbitos (430), seguida pelas regiões Nordeste (145), Sul (91), Norte (89) e Centro-Oeste (47). Quando analisado a mortalidade, o padrão se altera: a região Nordeste 81,2 óbitos por 100 mil policiais. Na sequência, aparecem as regiões Norte (66,4), Sudeste (52,3), Centro-Oeste (46,7) e Sul (42,9). A Tabela 1 traz essas informações.

Tabela 1. Quantidade de óbitos e mortalidade de policiais militares em serviço ao longo do tempo no por região administrativa (2010-2021)

Região	Total de óbitos policiais	Mortalidade por 100 mil policiais
Sudeste	430	52,3
Nordeste	145	81,2
Norte	89	66,4
Centro-Oeste	47	46,7
Sul	91	42,9

Fonte: Elaborado pelo autor

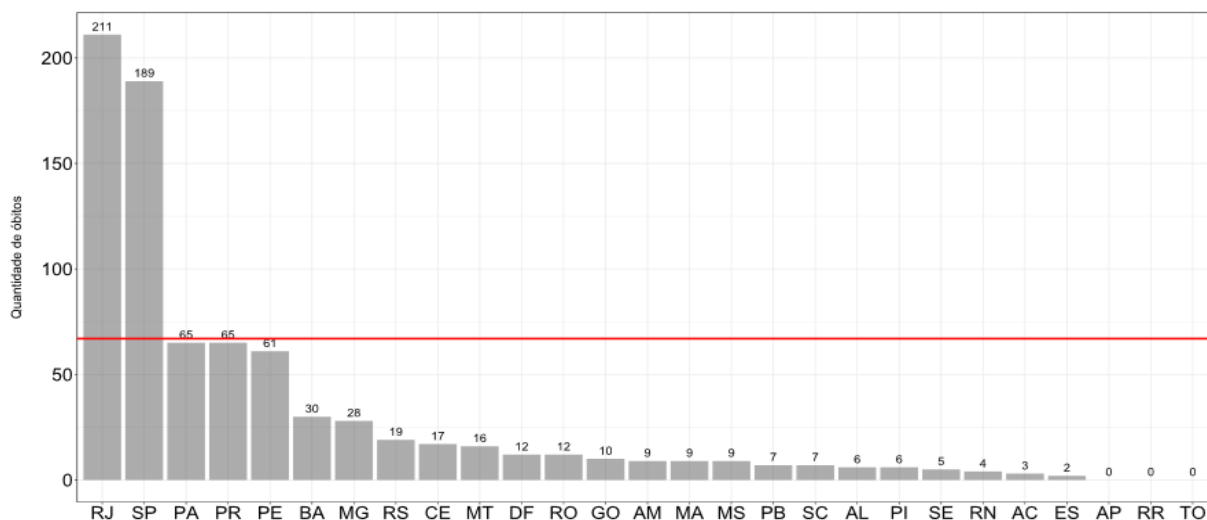
Por sua vez, a Figura 2 ilustra a comparação das médias de mortalidade entre as regiões através do ANOVA. Inicialmente, constata-se que três regiões tiveram registros de valores destoantes ao longo do período analisado. A região Centro-Oeste com uma taxa de 195,9 em 2014, Norte com 286,5 em 2012 e o Sul com 146 em 2012. Não há diferença estatisticamente significativa na variação das médias entre as regiões (p -valor = 0,4).



Fonte: Elaboração do autor. **Nota:** NS = não significativo

Em relação aos estados, a quantidade total de óbitos ao longo do tempo está descrita na Figura 3. Rio de Janeiro (211) e São Paulo (189) registraram os maiores acumulados de mortes de policiais na série, inclusive, superiores à média nacional de 67 óbitos destacada no gráfico pela linha vermelha. O Espírito Santo registrou apenas 2 óbitos. Vale ressaltar que três estados não registraram informações ou não apresentaram mortes de policiais em confronto, todos eles da região Norte: Amapá, Roraima e Tocantins.

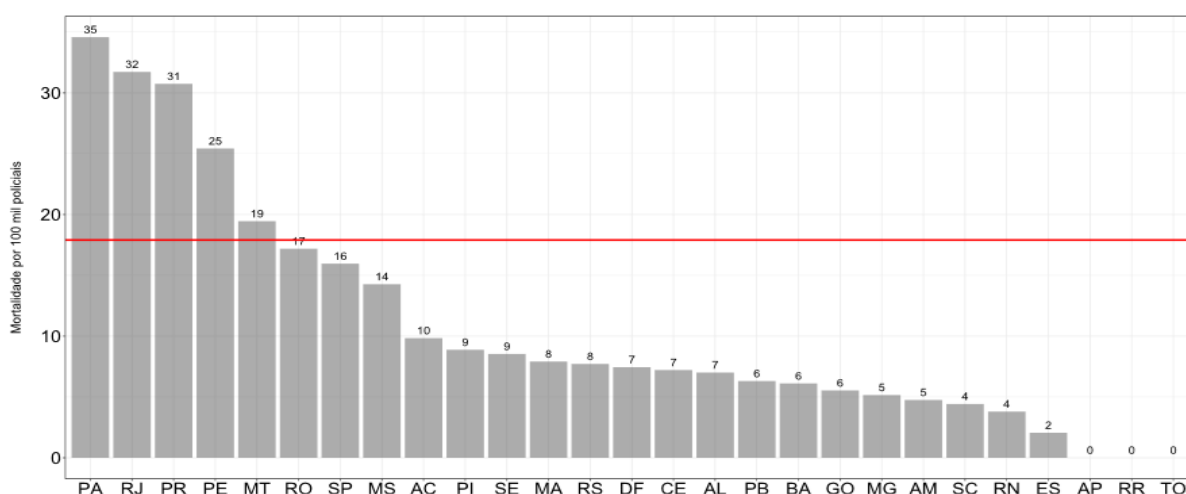
Figura 3. Quantidade de óbitos de policiais militares em serviço acumulado por estado (2010-2021)



Fonte: Elaboração do autor

Por fim, quando analisada a taxa de mortalidade, o cenário também muda, conforme descrito na Figura 4. Dessa vez, o estado do Pará assume a liderança com 35 mortes por 100 mil policiais. Em seguida, aparecem os estados o Rio de Janeiro (32), Paraná (31), Pernambuco (25) e Mato Grosso (19). Todos esses estados registram uma mortalidade superior à média nacional de 18 óbitos por 100 mil policiais. O Espírito Santo, novamente, aparece como estado com a menor taxa: 2 mortes por 100 mil.

Figura 4. Mortalidade média de policiais militares em serviço por estado (2010-2021)



Fonte: Elaboração do autor

CONCLUSÃO

Este trabalho proporcionou uma análise aprofundada do panorama da morte de policiais militares em confronto no Brasil, no período compreendido entre 2010 e 2021. Ao fim, constata-se a existência de padrões e tendências preocupantes nas estatísticas, sendo fundamental compreender as causas subjacentes a esse fenômeno para desenvolver estratégias eficazes de prevenção e proteção das forças de segurança.

A abordagem desse problema complexo enfrenta diversos desafios, tais como a eficiência das políticas de segurança, a cooperação entre diferentes forças policiais, a corrupção, a impunidade e o aprimoramento das estratégias de combate ao crime. Para enfrentar essa questão, é necessário um esforço conjunto e integrado de todos os atores envolvidos, desde as instituições de segurança pública até a sociedade civil. Estratégias devem ser desenvolvidas para aprimorar o treinamento e a capacitação dos policiais militares, bem como para investir em tecnologias e equipamentos que garantam a sua segurança durante as operações.

Ademais, é fundamental uma maior atenção às questões psicológicas e emocionais dos policiais militares, proporcionando programas de apoio que auxiliem no enfrentamento dos desafios inerentes à profissão. A compreensão dos reflexos que a morte de policiais militares em confronto causa na percepção pública e nas próprias forças de segurança é um aspecto crucial para a construção de uma relação de confiança entre a comunidade e a polícia.

A principal limitação do trabalho reside na natureza das informações. Realizar pesquisas empíricas com dados de violência apresenta desafios significativos devido à natureza sensível e complexa do tema. Acesso restrito a informações confiáveis e completas, falta de padronização nos registros e relatórios oficiais, bem como questões éticas e de segurança em relação à privacidade das vítimas e envolvidos, são apenas algumas das dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores. Além disso, a subnotificação de casos e a relutância de algumas

instituições em compartilhar dados tornam a tarefa de coleta e análise ainda mais árdua.

Finalmente, este estudo destaca a importância de uma abordagem multidimensional e holística para enfrentar esse grave problema de segurança pública no Brasil. A proteção e valorização dos policiais militares são pilares fundamentais para a garantia da segurança de toda a sociedade. Espera-se que este trabalho contribua para o desenvolvimento de ações efetivas que protejam aqueles que arriscam suas vidas em prol da segurança do país. Somente por meio do diálogo e da cooperação contínua será possível alcançar uma realidade mais segura e justa para todos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, p. 84-135, dez. 2002.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Morte de policiais: números que retratam caminhos muito mal elaborados de nossa sociedade. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, , 2022.

ARAÚJO, J. N.; FONSECA, V. Crime Organizado no Brasil: Relatos de um Policial Militar. *Hegemonia*, n. 15, p. 24-24, 2015.

BENGOCHEA, J. L. P. et al. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. *São Paulo em Perspectiva*, v. 18, p. 119-131, mar. 2004.

BUENO, S.; CERQUEIRA, D.; LIMA, R. S. Sob fogo cruzado II: letalidade da ação policial. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, v. 7, p. 118-27, 2013.

CAMPOS, G. DE A.; SILVA, F. M. S. P. DA. Polícia e Segurança: o Controle Social Brasileiro. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, p. 208-222, 2018.

CARVALHO, V. A. DE; SILVA, M. DO R. DE F. E. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. *Revista Katálisis*, v. 14, p. 59-67, jun. 2011.

COTTA, F. A. Protocolo de Intervenção Policial Especializada: uma experiência bem-sucedida da Polícia Militar de Minas Gerais na Gestão de Eventos de Defesa Social de Alto Risco. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 3, n. 2, 1 set. 2009.

FERNANDES, A. Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014). *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 10, n. 2, 29 set. 2016.

FERREIRA, D. K. DA S.; BONFIM, C.; AUGUSTO, L. G. DA S. Condições de trabalho e morbidade referida de policiais militares, Recife-PE, Brasil. *Saúde e Sociedade*, v. 21, p. 989-1000, dez. 2012.

FIGUEIREDO FILHO, D. et al. Seven Reasons Why: A User's Guide to Transparency and Reproducibility. *Brazilian Political Science Review*, v. 13, n. 2, p. e0001, 2019.

FREITAS, G. J. DE. Representações coletivas sobre as organizações policiais: estudo comparado nos estados de Alagoas e Ceará. 2006.

GUIMARÃES, W. W. H. O uso legal da força policial como elemento garantidor dos direitos humanos no estado democrático de direito. *DOCTRINAL-Revista Doutrinária da Polícia Militar de Pernambuco*, v. 3, n. 2, p. 51-65, 2014.

LIMA, R. S. DE; BUENO, S.; MINGARDI, G. Estado, polícias e segurança pública no Brasil. *Revista Direito GV*, v. 12, p. 49-85, abr. 2016.

LIMA, R. S. DE; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. DE. Crime, Polícia e Justiça no Brasil. [s.l.] Editora Contexto, 2012.

MINAYO, M. C. DE S.; ADORNO, S. Risco e (in)segurança na missão policial. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, p. 585-593, mar. 2013.

MINAYO, M. C. DE S.; SOUZA, E. R. DE; CONSTANTINO, P. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 23, p. 2767-2779, nov. 2007.

MINAYO, M. C. DE S.; SOUZA, E. R. DE; CONSTANTINO, P. Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. [s.l.] SciELO - Editora FIOCRUZ, 2008.

OLIVEIRA, K. L. DE; SANTOS, L. M. DOS. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. *Sociologias*, v. 12, p. 224-250, dez. 2010.

OLIVEIRA, M. D. DE; VIEIRA, H. L. C. O Impacto do Investimento em Segurança Pública na Taxa de Homicídios no Brasil. *Revista de Criminologias e Políticas Criminais*, v. 2, n. 1, p. 135-153, 10 out. 2016.

PINC, T. Abordagem policial: : um encontro (des)concertante entre a polícia e o público. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 1, n. 2, 2007.

SANTOS, J. V. T. DOS. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. *Tempo Social*, v. 9, p. 155-167, maio 1997.

SCHABBACH, L. M. Exclusão, ilegalidades e organizações criminosas no Brasil. *Sociologias*, p. 48-71, dez. 2008.

SILVA, D. P. DA et al. CURSO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS POLICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO - COESP: ANÁLISE MOTIVACIONAL SOBRE A EVASÃO. *Homens do Mato - Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública*, v. 18, n. 1, 4 set. 2018.

SILVA, M. V. DA. A padronização dos procedimentos operacionais na Polícia Militar de Goiás. 18 jan. 2019.

SOUZA, E. R. DE; LIMA, M. L. C. DE. Panorama da violência urbana no Brasil e suas capitais. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 11, p. 1211-1222, 2006.

SOUZA, E. R. DE; MINAYO, M. C. DE S. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, p. 917-928, dez. 2005.